

## EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARAGOGI/AL

Artemísia dos Santos Soares (autora), José Mateus Queiroz Sousa (co-autor)

Instituto Federal de Alagoas – Campus Maragogi

E-mails: artemisia.soares@ifal.edu.br; jose.sousa@ifal.edu.br

**Resumo:** Maragogi é uma cidade de posição privilegiada no litoral alagoano, pois, além de equidistante de duas capitais, Maceió e Recife, faz parte da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, com um litoral de paisagem singular, em que se destacam as piscinas naturais, e tem um potencial ainda pouco explorado em áreas como o ecoturismo e o turismo rural na agricultura familiar- considerando os 18 assentamentos registrados pelo INCRA. Por isso o lugar tem recebido, nos últimos anos, mais investimentos, especificamente para as infraestruturas e ações ligadas ao turismo, ampliando a importância deste na dinâmica socioeconômica do município. Sabe-se, no entanto, que a eficácia de um destino turístico não se dá apenas a partir dos aspectos infraestruturais e mercadológicos do turismo. O nível de consciência política, envolvimento e participação social nas decisões que envolvem o turismo interferem nesse processo. E, claro, a percepção dos desdobramentos do turismo em benefícios socioeconômicos tal como o conceito de desenvolvimento local preconiza. Considerando isso, este trabalho, tem sido realizado em primeiro lugar no âmbito da pesquisa e, como proposta do Missão Pedagógica no Parlamento, também, como atividade de extensão, se dedicando a compreender as relações entre participação social e turismo com o desenvolvimento local de Maragogi-AL, verificando o nível de consciência política na perspectiva da construção de cidadãos sensíveis, críticos e participativos. A pesquisa tem se desenrolado por meio da pesquisa-ação participativa. Os primeiros resultados têm apontado o nível de consciência política e participação social do residente, alunos do IFAL, no que diz respeito à dinâmica do turismo no município de Maragogi/AL e a partir das ações do Missão Pedagógica busca-se estimular a educação para a democracia.

**Palavras-chave:** Maragogi. Turismo. Desenvolvimento. Educação. Democracia.

### Introdução

O processo de desenvolvimento ocorre quando o crescimento econômico se apresenta atrelado à melhoria de qualidade de vida e à expansão da liberdade, isto é, a capacidade de as pessoas levarem a vida que valorizam (SEN, 2010). Logo, a remoção de uma privação leva à exaltação das demais, como por exemplo, quando se tem acesso aos serviços básicos de saúde e educação com qualidade, passa-se a dispor de melhores condições para participar das decisões políticas, inclusive às relacionadas às atividades econômicas, tais como o turismo.

Este entendimento traduz a importância que a cidadania tem no processo de desenvolvimento, levando-se em conta que, para que haja investimento público nas áreas ditas como essenciais e universais pela Carta Magna (CF, 1988), se faz necessária a entrada de divisas nos cofres públicos a partir de múltiplas formas, tais como a arrecadação de impostos junto à sociedade e às empresas, dentre estas, àquelas vinculadas à prestação de serviços no âmbito do

turismo. Acrescentando-se a isto, há ainda a votação anual do orçamento do município, definindo-se neste documento, os valores monetários que serão disponibilizados pelos cofres públicos municipais para as diferentes pastas/secretarias municipais, dentre elas, o turismo. Nesse sentido, para apropriação e entendimento por parte da população dos valores arrecadados pelo município por meio do Imposto Sobre Serviços (ISS), como também a definição de prioridades durante a votação do orçamento, se faz premente o estímulo à participação social para o pleno exercício da cidadania e da democracia.

Este texto introdutório está relacionado aos questionamentos que foram gerados a partir da prática da docência em um curso técnico no Instituto Federal de Alagoas demandado especificamente pelo crescente turismo no município e região: curso técnico em Hospedagem. Como um município tão rico em recursos naturais e, atualmente, também em infraestrutura turística, bem como demanda crescente, pode ser tão pobre? Por que os altos índices de investimento financeiro e de entrada de divisas não se refletem na qualidade de vida do maragogiense? Por que o maragogiense não luta por melhores condições de vida? Por que não participam, não cobram? Onde estão quando os rumos do município estão sendo decididos na Câmara Municipal e/ou nos conselhos municipais?

O município de Maragogi pertence a um dos estados mais pobres do Brasil, Alagoas, o qual se encontra em 27º lugar (última posição) no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Unidades da Federação do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), Maragogi apresentou um índice de 0,574 em 2010, apresentando fragilidade no IDHM-Educação, apresentando índice de 0,443 (PNUD BRASIL, 2013).

Quanto à economia de Maragogi, segundo dados de 2015, tinha um Produto Interno Bruto (PIB) de 576.730 mil reais e PIB per capita de R\$17.927,01 mil reais. Todavia, em 2015, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,1% (IBGE, 2015). Já, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 50,8% da população nessas condições. Por isso, Carvalho (2012) já indicava que, em verdade, a renda do município provém em sua maioria de transferências federais, como previdência e programas do governo federal como o Bolsa Família. Tais dados demonstram a fragilidade e a fonte da desigualdade socioeconômica encontrada nos dados relativos ao IDHM *versus* PIB.

A partir de tais dados e questionamentos pude chegar ao cerne da problemática: a educação. Surge, então, a seguinte questão: como podemos estimular a participação social dos estudantes nas questões que envolvem turismo e meio ambiente no município?

Foi nesse contexto que nos foi apresentado o programa Missão Pedagógica no Parlamento. Trata-se de uma formação para educadores que acreditam ser a escola um espaço importante para a formação cidadã democrática e desejam trabalhar temáticas como cidadania, política, democracia e Poder Legislativo em suas escolas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). A formação é voltada para professores regentes, coordenadores e orientadores de escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio, com graduação concluída.

Assim, em novembro de 2017, a inscrição para seleção e participação no programa representando o estado de Alagoas foi realizada. Em dezembro ocorreu o sorteio e em janeiro de 2018, habilitar-me para participar da fase EaD do programa, que se realizou no período de 19 de fevereiro a 6 de abril deste ano. Como constante em edital, as duas maiores notas do estado iriam à etapa presencial do programa custeado pela Câmara dos Deputados e assim sucedeu: participei da fase presencial em Brasília/DF no período de 3 a 8 de junho deste ano.

De volta à Alagoas o programa dá continuidade, agora, a partir do envolvimento da escola, da elaboração de projeto de aplicação e da aplicação das ações propostas. É sobre o resultado de tais ações que trata este artigo, levando em consideração o contexto histórico de uma construção social da não participação da população na qual, ainda prevalece, “uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia nossas vidas até hoje” (TENÓRIO; DANTAS, 2010, p. 10).

### **Referencial Teórico**

A participação se desdobra não somente na importância da população nas discussões ligadas às políticas públicas, mas também, na relevância do acesso aos bens e serviços públicos ligados ao bem-estar social. É nesse sentido que se distingue entre formas ativas e passivas de participação. Participação ativa: envolvimento do sujeito que o situa como eixo e protagonista em processos de deliberação e tomada de decisões. Participação passiva: acesso a alguns bens e serviços através das políticas públicas (ALIÓ, 2013).

A área em estudo, herdeira da dependência econômica da monocultura da cana-de-açúcar e dominada político-administrativa e economicamente por latifundiários, coexistia com a ocupação de trabalhadores rurais e povos tradicionais, neste caso, pescadores artesanais (CARVALHO, 2015). A partir das ações governamentais por meio do PRODETUR/NE, o município de Maragogi (AL), se tornou território apropriado pelo turismo de massa recebendo os impactos decorrentes de tais ações, como em outras partes do Nordeste (KASPARY, 2012). Contudo, as políticas de turismo vigentes estão sob a premissa da descentralização do poder

decisório visando o desenvolvimento local, a partir do qual espera-se haver envolvimento direto e constante do residente na dinâmica do turismo realizado no lugar.

Mas afinal, tal envolvimento existe? Há uma construção por meio da educação visando a prática da democracia? Verifica-se que muitas das ferramentas de participação encontram-se ainda no âmbito discursivo, resultando em uma reduzida participação cidadã e na recriação de um poder desconectado da expressão política dos cidadãos. Em muitos casos, os espaços públicos participativos se limitam ao atendimento constitucional e legitimação das ações do Estado, com baixa, e até mesmo inexistente, participação social. Por exemplo, o estudo de Alencar *et al.* (2013) que ao analisar conselhos nacionais, inclusive o Conselho Nacional de Turismo, sugere um tipo de representação elitizada da sociedade nos espaços de participação. Adicionem-se a isto, indícios da baixa participação social no âmbito das instâncias de gestão estadual e municipal (SOARES, EMMENDOERFER, MONTEIRO, 2013; COUTINHO, 2015).

Tem-se, então, como hipótese a ideia de que o estímulo à participação social interfere diretamente no desenvolvimento local do lugar, podendo ser usada para explicar o porquê de, por exemplo, o crescimento da atividade turística no município não se refletir, conforme índices como IDH (PNUD, 2013), em benefícios socioeconômicos para os residentes de Maragogi/AL.

### **Procedimentos Metodológicos**

Enquanto cerne da investigação, este estudo fez (e faz) uso da metodologia participativa para obtenção dos resultados, definida como Pesquisa-Ação Participativa (PAP). A pesquisa-ação participativa, a PAP, tem suas origens na confluência de um conjunto de escolas de investigação social e de escolas de pedagogia social e se pode definir como um método de estudo e ação que procura obter resultados confiáveis e úteis para melhorar as situações coletivas, embasando a pesquisa na participação dos próprios coletivos a investigar. Assim, passam de “objeto” de estudo a sujeito protagonista da pesquisa, controlando e interagindo ao longo de todo processo investigativo e, para tanto, necessitando um envolvimento e convivência do investigador externo na comunidade a estudar (ALBERICH, 2002).

Para tanto, pretende-se contar com o público afetado e não somente com perspectiva dos pesquisadores fundamentada em especialistas. Assim, não anulando o papel da ciência, objetiva-se que a população participe ativamente do processo investigativo propondo novas expectativas para o desenvolvimento do lugar, especialmente os aspectos ligados à prática do turismo.

As ações têm sido desenvolvidas junto às turmas de 1º ano A e B do curso de Hospedagem do IFAL – Campus Maragogi durante as atividades da disciplina de matemática, lecionada por professor parceiro do projeto. Vale ressaltar o enriquecimento que a proposta recebeu ao agregar a metodologia da sala de aula invertida que faz uso das rodas de conversa e da metodologia de ensino por projetos que incentiva os alunos à coleta de dados dos índices socioeconômicos de seus respectivos municípios buscando aplicar os preceitos da Educação Matemática Crítica abordados pelo professor parceiro do projeto e deste artigo.

Tais princípios se embasam na perspectiva freiriana, os quais defendem um conteúdo não somente descritivo, mas crítico em suas correlações com a dinâmica espacial e socioeconômica na qual está inserido cada aluno, levando-os a refletir acerca do uso da matemática para a uma educação libertária. Na proposta em questão, refletindo acerca da dinâmica turística no município de Maragogi, incluindo-se aí as políticas públicas de turismo e “para onde foi o dinheiro?”, isto é, uma reflexão sobre o controle fiscal e a distribuição dos recursos obtidos a partir do turismo no atendimento às necessidades básicas da população local.

Desse modo, a sala de aula invertida se apresenta como alternativa pedagógica que alinha a exposição conteudista das diversas disciplinas ao aproveitamento dos recursos tecnológicos para o desenvolvimento das aulas, mas, sobretudo, propicia um estímulo à participação e senso de democracia a partir da abertura para o debate em sala de aula e da compreensão da capacidade transformadora do conteúdo científico (BERGMANN; SAMS, 2018)

Em síntese, trata-se de realizar em sala de aula o que é tradicionalmente realizado em casa e vice-versa. Para tanto, o uso dos recursos tecnológicos tem sido fundamental à prática da metodologia. Sendo por meio do Ambiental Virtual de Aprendizagem (AVA) ou redes sociais, o modelo invertido exige que o aluno assista ao vídeo com exposição do conteúdo e leve seus questionamentos acerca do conteúdo para a sala de aula.

Além da sala de aula invertida, outras metodologias ativas da PAP têm sido aplicadas, tais como, o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e o Jogo da Política.

Detalhando o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP):

a) Desenvolvimento das Oficinas - As atividades serão realizadas em quatro momentos distintos: primeiramente a dinâmica de apresentação, na qual será solicitado para que digam seus nomes, papel / função e tempo de residência na comunidade, e o que mais quisessem acrescentar através de um novelo de lã sendo passado de mão-em-mão com o objetivo de formar uma teia demonstrando que fazemos parte da rede da vida e que nossas ações (ou omissões) afetam as vidas daqueles ao nosso redor.

b) Elaboração da Matriz Geral - Em seguida formar-se-ão três grupos homogêneos, um com as mulheres, outro com os homens e outro com os jovens, com o objetivo de se conhecer a visão de cada um desses segmentos, os quais discutirão sobre os problemas, as realidades, as vontades e as perspectivas de transformação destas comunidades. Serão aplicadas quatro perguntas básicas: a) O que somos, b) O que temos, c) O que queremos e d) Como alcançar (processo de mobilização, demandas e possibilidades de efetivação destas à luz da percepção dos residentes. Em seguida, cada grupo irá registrar nas tabelas, o que foi discutido através da atribuição de notas aos problemas; cada grupo deverá apresentar a todos os participantes o resultado dessa discussão e contribuir com uma nota estabelecida para cada problema e seus argumentos de priorização;

c) Definição da Matriz de Prioridades - Na sequência segue-se a proposta de “Confeccionar a Matriz de Prioridades da comunidade”. Outros grupos, agora heterogêneos, atribuirão aos problemas da matriz geral, categorias (forte, fraco e moderado); em continuidade, os responsáveis pela oficina devem demonstrar a média aritmética através do gráfico de Pareto a fim de designar as prioridades, tendo em vista os elementos com maior expressividade dentre os problemas elencados pelos diversos grupos. Contudo, para a escolha definitiva das ações a serem priorizadas serão apresentados os resultados gerados, para que os mesmos dialoguem e cheguem a um denominador comum em relação às prioridades para as possíveis resoluções.

Outro passo fundamental para o desenvolvimento das atividades no lugar e/ou instituição será a formação do comitê mobilizador, para isso serão esclarecidos os seguintes temas: o que é uma mobilização; o que é o papel do mobilizador (composto de 5 ou 6 pessoas); o que é o comitê mobilizador; quais suas principais funções. Este comitê será o articulador intermediador entre os participantes e a gestão local.

Para este projeto, especificamente, por se tratar de público predominantemente jovem, serão divididos apenas em dois grupos distintos: masculino e feminino.

Também serão divididos por município, visto serem oriundos de lugares distintos. E ao final as ideias apresentadas serão confrontadas com as propostas de campanha dos vereadores das respectivas cidades eleitos em 2016. Será que estão conforme os anseios dos jovens destas cidades? São, de fato, representantes de seus corações e mentes?

Ao final será apresentado aos participantes o “Jogo da Política”. Trata-se de um conjunto de três jogos que simulam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, gerando uma experiência na qual os participantes se colocam no papel de um deputado, prefeito ou juiz, levando o jogador a viver na pele a complexidade da política.

Portanto, como afirma, Paulo Freire (1987, p. 29) no clássico *Pedagogia do Oprimido*: “ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática”.

## **Resultados e Discussões**

A apresentação da experiência no Missão Pedagógica aos colegas da instituição se deu de forma atípica levando em consideração o calendário acadêmico que segue proposta pós-greve, além do fato de estar afastada das atividades no Campus para cursar o doutorado. Este último fato me distancia do convívio com os alunos, bem como, com os demais colegas, limitando a possibilidade de troca de ideias durante a rotina da instituição, apesar da curiosidade latente.

Felizmente, ao iniciar o processo de candidatura para participar do curso, outro colega da instituição - professor de matemática, também se candidatou e mesmo não sendo sorteado manteve-se a par do andamento do curso EaD, como também dos desdobramentos da fase presencial, visto que faz uso de princípios participativos em suas metodologias de ensino. Por isso, apresenta-se como coautor neste trabalho.

Desse modo, ao retornar, firmamos parceria para que a aplicação se desse em suas turmas de 1º ano do curso técnico em Hospedagem, nas quais a temática das políticas públicas de turismo poderia ter melhor aproveitamento.

Nesse sentido, redigimos propostas de pesquisa e cadastramos junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) visando formalizar nossas atividades junto à instituição, como também, contribuir para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes do ensino técnico, mediante participação em projetos de pesquisa, orientados por pesquisadores qualificados.

Os projetos tiveram como título: *EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARAGOGI/AL* e *EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA: TURISMO E EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARAGOGI/AL*, respectivamente. Ambos têm sido norteados pelo seguinte objetivo: compreender as relações entre participação social e turismo com o desenvolvimento local de Maragogi-AL, verificando o nível de consciência política na perspectiva da construção de cidadãos sensíveis, críticos e participativos.

No mês de agosto realizamos nosso primeiro encontro com a equipe de pesquisadores voluntários vinculados a ambos projetos de pesquisa, quatro alunos dos 1ºs anos envolvidos neste projeto. Introduzimos os conceitos fundantes deste trabalho, tais como democracia,

participação social e desenvolvimento. Apresentamos as dinâmicas participativas que seriam realizadas junto às turmas, bem como junto à comunidade de Maragogi visando diálogo acerca das políticas públicas de turismo e meio ambiente.

Fazendo uso da metodologia de sala de aula invertida, foi criado um grupo para este projeto no *Whatsapp* pelo qual vídeos, publicações nas redes sociais e em páginas oficiais, principalmente àquelas que disponibilizam dados estatísticos ligados à realidade social da turma, são intercambiados e debatidos.

Em um dos diálogos, indagamos a um dos voluntários (as) a respeito das leituras que estava realizando da Constituição brasileira. Segue a resposta:

A Constituição é muito bem fundamentada, mas infelizmente as teorias não estão sendo aplicadas na nossa realidade. O artigo quinto dos direitos e garantias fundamentais, que é o elemento básico para o funcionamento do Estado (e sociedade) não é respeitado. Mas, além disso, têm muitos artigos sobre a organização da nossa República que eu nem imaginava que existia!

Quando questionados: “por que o mundo do crime parece mais atrativo que o mundo do trabalho para os jovens? Por que a escola não tem sido uma opção para muitos jovens?” Eis uma das respostas:

Porque muitas vezes os jovens vem de lugares onde há pouca educação, há pouco exemplo de como ser cidadão, às vezes por motivos de tentar ajudar a família e ser mais fácil conseguir dinheiro [...] influências, às vezes ter que ajudar a família, sem ajuda dos pais, preconceito, educação precária, entre outros motivos.

Tais depoimentos se deram após a discussão acerca dos temas fundantes deste projeto por meio de leituras, mas sobretudo, buscando “falar” a linguagem do adolescente, por meio de vídeos disponíveis no *YouTube*, tanto de fontes oficiais como a Escola Virtual de Cidadania da Câmara dos Deputados, como de *youtubers* famosos que apresentam o tema “política e participação social” de forma crítica e lúdica.

No mesmo mês se realizou a 1ª roda de conversa em ambas as turmas, iniciando reflexão acerca dos possíveis achados que viessem a ocorrer após coleta de dados de cada realidade social para a metodologia por projetos. Eis que surge o seguinte questionamento: como facilitar conversas interessantes sobre temas políticos em sala de aula?

A política é um tema que percorre mais de uma disciplina, isto é, não é uma disciplina específica, mas pode ser discutida como um tema transversal. E sim, isso pode ser muito útil para a formação cidadã de crianças e jovens. Afinal, se queremos que os cidadãos e as cidadãs

do futuro sejam hábeis em matemática, ensinamos-lhes a matemática, se queremos que saibam o obtenham o conhecimento técnico de turismo, ensinamos-lhes turismo, e assim por diante.

Mas, quando queremos que cidadãos e cidadãs sejam sensíveis, críticos e participativos com relação às questões sociais, o que se deve ensinar? Pode-se ensinar política. É possível ensinar como se lidar com as instituições do Estado. É possível ensinar sobre os valores democráticos. Também é possível ensinar sobre participação política. E é possível ensinar isso em qualquer disciplina.

E assim, foram lançadas questões provocativas, tais como: Vivemos em uma democracia? O que isso quer dizer? Quais são os princípios de um sistema democrático? A democracia se restringe a um sistema político? Como esses princípios são vivenciados em nosso dia-a-dia? Como seria viver em um regime não democrático? Como são tomadas as decisões democráticas? A maioria deve decidir? Como ficam os direitos das minorias? Como é a construção de consensos, do respeito a opiniões diversas e entendimento de outros pontos de vista em nossa sociedade? Como vivemos valores de tolerância, respeito, valorização da coletividade e do bem comum em nossa realidade? Por que tantas pessoas reclamam da política? Qual a relação entre política e democracia? Qual é o papel do Legislativo na formulação das políticas públicas? Como os(as) representantes do povo participam da elaboração, discussão, aprovação, formulação e fiscalização das políticas públicas? Como decidir que políticas são prioritárias? Como estão sendo desenvolvidas, por exemplo, as políticas de turismo e meio ambiente no município onde moro? Quais são os principais desejos/sonhos que tenho com relação ao meu país? E à minha cidade? E ao meu bairro? E à minha escola? Como posso participar da construção de ideias e da tomada de decisão sobre as questões que considero importantes? Por que é importante acompanhar as decisões políticas?

Por meio delas se tornou possível se apropriar do nível de compreensão que os alunos detinham acerca de seu próprio lugar, seus direitos e deveres enquanto cidadãos de determinado município, e, principalmente, os meandros da dinâmica do turismo, tais como a arrecadação municipal obtida por meio dele e como tais recursos poderiam chegar a todos os residentes. E que isto só ocorre a partir da participação direta dos cidadãos nos espaços de diálogo existentes ou por meio de criação de novos espaços de debate, tais como grupos associativos e até mesmo, grêmios estudantis. Para isso, a matemática foi abordada como elemento de empoderamento, a partir da qual se poderia gerar argumentos sólidos para a cobrança da efetivação das políticas públicas, como por exemplo, o controle social das contas públicas, a análise dos dados socioeconômicos do município, tais como PIB, IDH, IDEB, dentre outros.

Sendo assim, ao pensar a dinâmica de turismo no lugar, levando em conta os espaços por ele transformados em mercadoria, como também os espaços nos quais ainda prevalecem a dinâmica da comunidade, além dos espaços que ambas as realidades se entrecruzam, os alunos tiveram a possibilidade de mensurar a profundidade das transformações das estruturas sociais que o turismo tem efetuado. A mensuração traduz-se em informação, que seguida de educação para a democracia, tendo como resultado o compromisso de participar do processo de turistificação do lugar, passando de entes contabilizados como meros trabalhadores formais ou informais do turismo (discurso despreendido do lugar), para cidadãos conscientes do lugar e dos conflitos territoriais que o turismo traz em sua prática. Mais ainda: que a prática não pode ocorrer à revelia da coletividade da *polis*, seja pelas mudanças na paisagem em função da inserção de infraestrutura turística, seja em termos de aculturação, a partir das influências de outros povos e, o mais visível quando se trata de turismo em áreas de belezas naturais, os impactos ambientais que tem aspecto irreversível, na maioria dos casos.

O projeto tem permitido ao estudante participante tomar conhecimento do que ocorre no contexto onde vive por meio da coleta de dados da metodologia de ensino por projetos, ao quantificá-los com auxílio da educação matemática, mas acima de tudo, permite refletir criticamente acerca dos dados obtidos, habilidade filosófica que gera valores democráticos os quais são caros à luta por qualidade de vida e desenvolvimento e, por isso, comumente tolhidos na juventude brasileira.

Os estudantes são residentes em Maragogi ou cidades próximas, mas infelizmente a instituição, por vezes, se mostra como um mundo à parte, descontextualizada da realidade na qual está inserida, apesar da relação de trabalho que possui com empresas hoteleiras nas parcerias para o estágio supervisionado obrigatório. É nesse sentido que se mostra relevante esse retorno à realidade a partir da coleta de dados e a participação dos pesquisadores voluntários durante o DRP, oficina realizada no âmbito da investigação de doutorado em andamento. De outra maneira não seria possível a participação de adolescentes e jovens neste processo, tendo em vista a ausência de grupos e associações de juventude politicamente engajados no município. Espera-se que esta iniciativa plante a semente da democracia nas mentes e corações maragogienses gerando conexões IFAL-comunidade.

Tratando do DRP junto à comunidade, ainda seguindo o mesmo pensamento, a equipe de pesquisadores voluntários auxiliou na análise do Diagnóstico Rápido Participativo realizado junto à comunidade residente do município de Maragogi. Estes alunos foram convidados a atuar como observadores e avaliadores das discussões travadas em ambas as mesas e em ambas as etapas. Para tanto, receberam um formulário com onze afirmações, os quais deveriam assinalar

de 1 a 5, sendo 1 “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”, questões essas relacionadas aos temas que possivelmente poderiam tratar durante a dinâmica de grupo, conforme o interesse de cada grupo.

Após o término do DRP, os pesquisadores voluntários relataram suas respectivas impressões: “em ambos os grupos foram priorizadas questões mais relacionadas à zona rural do município, pois tínhamos uma maioria de agricultores”. Tal afirmação denota a fragilidade dos cidadãos em pensar uma perspectiva totalizante acerca das dinâmicas do seu lugar, focando os aspectos relativos unicamente à sua existência.

Ainda, “no grupo masculino houve uma maior centralização do poder de tomar decisões, dada, aparentemente, para o de maior idade”. Já na formação de grupos heterogêneos, “em uma das mesas, a representante do sexo feminino não demonstrou opiniões até a chegada de outra mulher”. Tais observações demonstram mais uma fragilidade: a perpetuação da desigualdade de gênero, fato presente nas relações sociais dentro e fora de discussões políticas.

Percebendo a importância desta dinâmica para o alcance dos objetivos deste projeto, ainda haverá a aplicação do DRP junto às turmas envolvidas no projeto para coleta de suas perspectivas e conhecimento acerca de seus respectivos lugares (municípios). Isto se dará após a prática do Jogo da Política que permitirá conhecer e entender a dinâmica da democracia representativa brasileira. A partir disto, espera-se que na fase de mobilização do DRP, os alunos direcionem as cobranças e fiscalização de ações às devidas instâncias. Avaliaremos se alcançamos tal intento ao final do projeto. Até a data da apresentação deste trabalho, tudo estará consumado e relatado, permitindo que os resultados restantes à descrição analítica deste artigo sejam expostos durante o evento.

## **Conclusões**

Levando em consideração que a base da nossa democracia está no bom uso das liberdades que nos são garantidas e na defesa de interesses que transcendem os interesses individuais isolados ou apenas de determinados grupos - valores democráticos e de coletividade, esta proposta tem como cerne aproximar as discussões acerca das políticas públicas do turismo e seus desdobramentos dos estudantes, levando-os à compreensão de que não se trata de um tema de interesse apenas dos empresários e associações do setor, como proprietários de hotéis, pousadas, restaurantes, catamarãs, lanchas e mergulhadores, mas de toda a sociedade maragoiense que recebe todos os reflexos, sejam positivos ou negativos, da dinâmica de turismo presente no lugar.

Assim, a partir, da compreensão dos valores democráticos e de coletividade, do papel das leis para a convivência na sociedade, da representação, da participação política é que se torna possível a discussão, debate e fiscalização das políticas públicas, incluindo-se aí a perspectiva da educação matemática crítica que fornece instrumental para coleta, análise e reflexão das contas públicas e do direcionamento dos recursos para o desenvolvimento local.

## Referências

- ALBERICH, T. Perspectivas de la investigación social. Em M. Martí, R. Montañes, & T. VillaSante, **La investigación social participativa: costruyendo ciudadanía** (pp. 65 - 78). Madrid: El Viejo Topo, 2002.
- ALENCAR, J., CRUKÊN, I., FONSECA, I., PIRES, R., RIBEIRO, U. Participação Social e Desigualdades nos Conselhos Nacionais. **Sociologias**. jan/abr(15), pp. 112-146, 2013.
- ALIÓ, M. A. Experiencias de investigación participativa socioambiental em Catalunya. **Mercator**, 12 Número especial (2)(set), 133-144, 2013.
- BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Escola Virtual de Cidadania. **Missão Pedagógica no Parlamento**. Disponível em: <http://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/850/missao-pedagogica-no-parlamento/> Acesso em: 1 nov 2017.
- CARVALHO, C. P. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: Edufal, 2012.
- CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª. Ed. Maceió: Edufal, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 62 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- COUTINHO, A. A. **Políticas públicas, desenvolvimento local e participação social nas instâncias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Turismo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Panorama do município de Maragogi. Dados dos anos 2012; 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/al/maragogi/panorama> Acesso em: 11 de agosto de 2017.
- KASPARY, M. A. **Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local no município de Maragogi, Alagoas**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal de Alagoas, 2012.
- PROGRAMA NACIONAL PARA AS NAÇÕES UNIDAS - PNUD. (2013). **IDGHM municípios**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SOARES, E. B., EMMENDOERFER, M. L., MONTEIRO, L. P. Gestão pública no turismo e no desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da federação brasileira: uma análise do planejamento estratégico do turismo em Minas Gerais. **Tourism & Management Studies**, 9 n. 2. 2013. pp. 50–56.
- TENÓRIO, D. A.; DANTAS, C. L. **Caminhos do açúcar**. Engenhos e casa grandes de Alagoas. 3a ed. Maceió: IAM, 1970.